

FHC apostou no Real para reduzir taxa de pobreza

Marina Oliveira

Da equipe do Correio

O governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso optou pelo crescimento econômico como arma para eliminar a fome. O remédio antigo de "crescer o bolo para depois repartir" mudou pouco a vida dos famintos. De fato, o Plano Real teve um efeito inicial de redução da pobreza. Melhorias perdidas no tempo e em crises financeiras.

Segundo Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e autor do *Mapa da Fome*, o primeiro mandato de Fernando Henrique as principais medidas de diminuição das desigualdades foram o reajuste de 43% do salário mínimo e a ampliação do número de beneficiados pela aposentadoria rural.

Entre 1997 e 1999, pior período da crise financeira internacional, pouco se fez. Somente em 2001, com a chegada do Projeto Alvorada aos municípios mais pobres do Brasil, o governo federal retomou a questão da segurança alimentar. O Alvorada usa recursos do Fundo de Combate à Pobreza, em torno de R\$ 4,5 bilhões anuais, para manter programas de renda mínima e levar saneamento aos bolsões de miséria do interior.

O Bolsa-Alimentação, do Ministério da Saúde, foi um avanço importante. O programa paga um valor mensal para famílias carentes com gestantes ou crianças de até 6 anos, em troca do acompanhamento de prenatal e da vacinação correta dos bebês. O impacto do Alvorada, entretanto, só deverá aparecer nas estatísticas a partir de 2003.

O presidente eleito herdará do atual governo alguns instrumentos essenciais para executar seu projeto de combate à fome. A rede de distribuição direta de recursos a população, criada pelo Alvorada, elimina os atravessadores políticos dos programas sociais. A tecnologia de cartões magnéticos e de caixas de banco adaptados para as lotéricas, no interior, também. A longo prazo, o projeto do PT é criar uma Renda Cidadania como um sistema único de inclusão social (leia abaixo).

Segundo Marcelo Neri, Luiz Inácio Lula da Silva mostrou claramente em seu pronunciamen-

to qual a principal mudança de uma Presidência petista. "Ele pretende deixar a marca de sua criatividade e ousadia na área social, que é onde o Brasil mais tem a ensinar para o mundo", afirma o especialista.

O fato de o presidente eleito anunciar a fome como maior inimigo do país, antes mesmo de fechar o pacto social prometido na campanha, também sinaliza a importância dessa área no governo Lula. "Ele já mostrou qual será o norte que orientará a aliança e a articulação da sociedade, dos empresários e do governo", avalia Neri.

FALHAS E ACERTOS

Nos bastidores do governo atual, já se aposta na volta de algumas pessoas que participaram inicialmente do conselho do Comunidade Solidária. Todos eles saíram antes de 1998 por não concordar com os rumos ditados pela primeira-dama, Ruth Cardoso. Anna Peliano, ex-secretária executiva do Comunidade e funcionário do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), está nessa lista.

Nos últimos anos, ela coordenou um estudo sobre as ações sociais das maiores empresas do país. Estudou ainda as falhas e os acertos nas parcerias existentes entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. Informações preciosas para o sucesso do Conselho de Desenvolvimento Social, proposto por Lula, para coordenar e articular as políticas públicas na área.

A saída de Anna Peliano do Comunidade foi o final de um *racha* começado com o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Ele foi o primeiro a deixar o grupo por defender a necessidade de se discutir as ações do governo dentro do Comunidade. Também acreditava no imperativo de seguir com a distribuição de cestas básicas e outras medidas emergenciais como forma de aliviar a fome de imediato.

Ruth Cardoso, avessa à burocracia dos Ministérios e sem interesse de interferir nas questões do governo do marido, defendia a posição contrária, que acabou prevalecendo. Ela acreditava que o papel do Comunidade Solidária deveria ficar restrito às parcerias entre a sociedade civil, a iniciativa privada e alguns ministérios.